

## COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO.

(AUDIÊNCIA PÚBLICA)  
REQUERIMENTO N.º DE 05 DE MAIO DE 2014.

Requer a realização de audiência Pública junto a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público para debater "**A crise institucional em curso no IBGE**"

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeremos a Vossa Excelência, ouvido o plenário desta Comissão, a realização de audiência pública para debater "A crise institucional em curso no IBGE"

Para tanto, requeremos que sejam convidados a participar da audiência, representantes das órgãos/ entidades relacionadas:

- Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- Presidenta do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;
- Representante do Sindicato Nacional Dos Trabalhadores em Fundações Públicas Federais de Geografia e Estatística - ASSIBGE-SN;

### Justificativa

O objetivo da audiência pública é expor a grave situação do IBGE em termos de carências de pessoal e orçamentária.

A crise pela qual passa o IBGE foi recentemente explicitada para a sociedade, recebendo ampla cobertura da imprensa. Neste processo, evidenciou-se que, nos últimos anos, a instituição sofre efeitos combinados de alguns fatores que prejudicam fortemente a sua capacidade técnica, a saber:

- Esvaziamento do quadro técnico: por um lado, processam-se aposentadorias em massa; por outro, a evasão de novos quadros. Nos anos 90, o IBGE tinha um quadro próprio de cerca de 14 mil trabalhadores, e em fev/2014 esse quadro era de apenas 5.799

funcionários. Destes, 69% têm mais de 26 anos de serviço e 49% mais de 31 anos de serviço, o que indica que cerca de 4 mil trabalhadores sairão do Instituto nos próximos anos. Os novos servidores, diante de péssimas condições de trabalho e remuneração, saem em busca de outras oportunidades no mercado. Em que pese o papel estratégico do IBGE no fornecimento de informações essenciais ao planejamento público e privado do País, um técnico de nível superior que ingressa no IBGE recebe praticamente a metade da remuneração percebida em início de carreira de instituições como o IPEA, a CVM ou o Banco Central. Já a remuneração inicial de um técnico de nível intermediário destas instituições, por sua vez, é quase 70% superior a de um técnico de mesmo perfil que ingressa no IBGE.

- Substituição de trabalhadores efetivos por temporários: o IBGE tem utilizado massivamente força de trabalho contratada de maneira precária, com salários ínfimos (pouco mais de um salário mínimo) e condições de trabalho muito ruins, e assumindo responsabilidades em todas as etapas da produção (inclusive na supervisão). Hoje, há aproximadamente 4.700 trabalhadores temporários atuando na Casa, e o IBGE está chamando mais temporários por meio de um novo processo seletivo simplificado para mais 7.825 vagas. Em fev/2014, das cerca de 580 agências do IBGE espalhadas pelo País, havia pelo menos 10 sem nenhum servidor efetivo, operadas unicamente pelos temporários; 134 agências apenas com um trabalhador efetivo e 188 com apenas dois. De todas as Unidades Estaduais (UEs) do IBGE, apenas três apresentam uma proporção de temporários menor do que de efetivos. A média geral nas UEs é de 59% de temporários, e esse quadro deve se agravar, já que as aposentadorias se aceleram, bem como a absorção de novos temporários. Trata-se de uma força de trabalho que entra e sai rapidamente do IBGE, já que, embora os contratos possam durar até 3 anos, as recorrentes avaliações de desempenho, pressões produtivistas e baixos salários são fatores de expulsão. Além disso, o trabalho temporário não permite que o IBGE desenvolva treinamento e capacitação continuada formando técnicos adequadamente qualificados para a função, na medida em que este tipo de contrato hoje forma a base do trabalho da Instituição, coletando informações sociais, econômicas e geográficas que serão apuradas, analisadas e divulgadas.

- Cortes orçamentários: o orçamento do IBGE, estagnado há vários anos, sofre sucessivos cortes com fortes repercussões na capacidade de cumprir o plano de trabalho da Instituição. O último corte, na LDO, impactou sobre o conjunto dos projetos em curso no IBGE. Implicou o adiamento da Contagem Populacional, que atualiza as estimativas de população, subsidia a criação de municípios, proporciona informações utilizadas na distribuição do Fundo de Participação dos Municípios e dos Estados, bem como dados de fecundidade, mortalidade, natalidade, migração, educação e renda, fundamentais para a construção de políticas públicas e programas governamentais. O corte no orçamento também provocou a suspensão da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), que atualiza as ponderações dos indicadores de inflação, diagnostica o potencial do mercado consumidor, gastos e hábitos de consumo familiares, análise de diferenças regionais, sociais e econômicas, distribuição sazonal de produtos, servindo ainda ao planejamento da produção agropecuária.

- Críticas à gestão, por parte dos trabalhadores: a direção do IBGE tem aceitado passivamente quaisquer restrições técnicas e orçamentárias, buscando passar à sociedade e ao corpo técnico da Instituição a ideia de que é possível seguir normalmente com o plano de trabalho “com a sua peculiar qualidade”. Os trabalhadores, por sua vez,

têm se mostrado amplamente críticos à gestão do Instituto e requerem a realização de um Congresso Institucional para debater o futuro do IBGE, neste momento de amplas e dramáticas mudanças, com repercussões inevitáveis sobre o processo de trabalho, bem como a democratização da instituição. Esta faceta da crise tornou-se pública mais recentemente, com a decisão intempestiva e sem consulta ao corpo técnico de suspender a divulgação dos resultados da PNAD Contínua. Os técnicos da área souberam da decisão ao mesmo tempo que a imprensa, e a Presidente do IBGE, em recente reunião com o Sindicato, disse tratar-se não de uma decisão técnica, mas política.

Assim, o objetivo desta audiência é refletir sobre esses problemas e buscar trazer à tona algumas alternativas para contornar a crise desta que é uma das instituições mais estratégicas do País.

Sala da Comissão, em 05 de maio de 2014

**Eudes Xavier**  
**Deputado Federal – PT/CE**